

Relatório e parecer da comissão de fiscalização

1 — Em cumprimento dos preceitos legais e no exercício do mandato que nos foi conferido, emitimos o nosso parecer sobre o relatório e contas da CMVM, em 31 de Dezembro de 2005.

2 — Acompanhámos a actividade desenvolvida pela CMVM, especialmente através da análise da documentação que sistematicamente nos foi remetida, em particular os mapas das contas mensais e das actas das reuniões do conselho directivo, e de contactos com os responsáveis da área administrativa e financeira.

3 — Trimestralmente, procedeu esta comissão à análise da execução orçamental, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 57/2005, de 4 de Março, tendo emitido os respectivos relatórios de execução.

4 — Apreciámos o relatório do conselho directivo sobre a actividade da CMVM no ano de 2005. Da sua leitura ressaltam: as acções de supervisão da negociação nos mercados secundários, dos intermediários financeiros e da informação por eles prestada, bem como, da divulgada pelas emitentes com valores cotados em mercado regulamentado, a melhoria e o aumento da informação disponibilizada pela CMVM, nomeadamente através do seu *site*, a cooperação com as autoridades nacionais e internacionais congéneres, a participação em várias reuniões de organismos internacionais e a colaboração nos trabalhos efectuados nesses fora, a revisão do quadro regulamentar aplicável ao governo das sociedades cotadas, o prosseguimento do apoio aos investidores não profissionais, através do Gabinete de Apoio ao Investidor e Mediação e a elaboração e aprovação de vários regulamentos, com particular destaque para os relacionados com a gestão de activos.

5 — Tomámos conhecimento do relatório de revisão efectuado pelo membro desta comissão na qualidade de revisor oficial de contas.

6 — Analisámos as demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o plano oficial de contabilidade (balanço, demonstração dos resultados por natureza e funções, anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa), tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira situação patrimonial da CMVM em 31 de Dezembro de 2005 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

7 — Sublinhamos o total apoio recebido do conselho directivo e dos serviços, que contribuiu de forma relevante para o bom desempenho das nossas funções de fiscalização.

Parecer:

8 — Face ao exposto, esta comissão de fiscalização é de parecer que estão reunidas as condições para a aprovação do relatório e contas da CMVM relativos ao exercício de 2005.

Lisboa, 21 de Março de 2006. — A Comissão de Fiscalização: *Maria Irene Brás Gonçalves Rodrigues de Carvalho*, presidente — *Maria de São José Lino Vaz de Carvalho*, vogal — *Amável Alberto Freixo Calhau*, vogal e revisor oficial de contas, em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados.
3000208046

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE BOMBARRAL, C. R. L.

Sede social: Rua do Comércio, 58, 2540-076 Bombarral

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Há já algum tempo que se murmurava que as taxas de juro iam ser alteradas pela autoridade monetária. E, como quando as coisas começam a constar, regra geral concretizam-se, aí está uma subida das taxas de juro e outra que já vem a caminho.

Fala-se, aliás, que no ano de 2006, irão acontecer vários ajustamentos nas taxas de juro dadas as pressões inflacionistas que se fazem sentir.

Embora alguns analistas opinem que as taxas de juro ainda se acham em patamar muito reduzido, o mesmo não pensamos nós, nem pensamos certamente os utilizadores do crédito, que na componente mais

desfavorecida, a agrícola, constatarem que as taxas de juro sobem, os factores de produção sobem e os produtos resultantes do seu esforço anual, mantêm-se aos mesmos preços de mercado, quando nalguns casos ainda baixam.

O panorama agrícola resultante da globalização, continua a fazer o seu caminho implacavelmente, o relativo marasmo e conformismo em que se encontram muitas das nossas explorações agrícolas, especialmente as de componente fortemente familiar, não permitem a competitividade mínima, pelo que estão em risco acelerado de problemas, provavelmente, insolúveis.

Cremos, porém, que a maior dificuldade e que é provavelmente, a mais difícil de vencer, será o conformismo de muitos e o desalento de outros.

Para vencer os terríveis desafios que se nos colocam, há quem esteja noutras zonas do país, a fazer agrupamentos de cooperativas ligadas à fruta, ao vinho e ao leite, para que em associação adquiram mais competitividade, maior expressão de oferta e melhores possibilidades de comercialização. É um facto indesmentível, que está à vista de toda a gente, e que muitos dos nossos estimados associados, especialmente aqueles que já foram dirigentes cooperativos ou que actualmente estão no exercício dessas funções, sabem perfeitamente.

Provavelmente, um dos remédios para as nossas doenças seria certamente promover-se uma associação entre as estruturas cooperativas da nossa zona para obter os efeitos benéficos de que já outras zonas usufruem, por terem escolhido esse caminho, que modernamente e dada a alteração das condições tradicionais, possivelmente se impõe.

É um desafio que aqui deixamos a todos os cooperadores, especialmente aos dirigentes das estruturas cooperativas para que se crie um movimento que leve a efeito uma associação de cooperativas, mas com objectivos também empresariais e de gestão cuidada e moderna.

A Caixa Agrícola, que lança a ideia, que aliás já não é nova, disponibiliza-se para a apoiar, assessorar e se for caso disso, financiar.

Já temos em funcionamento, as normas de contabilidade ajustadas (NCA), conforme recomendação da autoridade monetária.

A implementação das NCA, obrigou-nos a alterações informáticas e à completa reestruturação do plano de contas. E por nos acharmos a implementar um novo sistema informático, aproveitamos a coincidência e integramos as alterações na nova configuração informática.

Não vemos grandes diferenças das regras contabilísticas anteriores dada a pequena dimensão desta instituição, a nível global. Estamos, porém, convencidos que as melhorias com as novas regras contabilísticas acabarão por aparecer.

O ano de 2005, além de se passar num ápice, felizmente que passou sem problemas muito importantes, com a tranquilidade e a serenidade que tem sido sempre apanágio desta casa, o que é cabalmente demonstrado, não só pela nossa afirmação, mas melhor ainda, pelos mapas, gráficos e demonstrações que neste relatório se contém.

Assim, o crédito em atraso de pagamento, vulgo mal parado, diminuiu de 2,7% para 1,4%.

Os nossos *ratios* de liquidez aumentaram de 150,2% para 180,6%; o *ratio* de solvabilidade diminuiu de 28% para 27%, o que demonstra a estes níveis um maior dinamismo nos negócios e operações globais desta casa. De salientar que o *ratio* mínimo exigido pela lei é de 8%.

A carteira de crédito aumentou 6,3%, e a carteira de depósitos à ordem e a prazo e outros produtos, subiu 2,25%.

É de notar que a subida da carteira de depósitos, inserida na actual e desfavorável conjuntura, se deve, fundamentalmente, à exigente poupança que os agricultores tradicionalmente fazem, dos seus magros recursos, mas principalmente à confiança que esta casa felizmente inspira, traduzindo-se na captação de aplicações oriundas de outras instituições.

Continuamos a privilegiar, como sempre, a via negociável para resolver problemas de incumprimento, método muito usado nesta caixa agrícola e que nos tem sempre proporcionado os melhores resultados, pelo que continuaremos a usar essa via de opção.

Os resultados brutos do exercício findo são 759 679 euros, ligeiramente superiores aos do ano anterior. Temos no entanto a referir que os lucros líquidos diminuíram por via das provisões efectuadas no valor de 459 293 euros, provisões que voluntariamente a Caixa Agrícola concretizou, e outras feitas por recomendação do Banco de Portugal.

A proposta de aplicação de resultados do exercício, e que consta do ponto número dois da convocatória, que faz parte integrante deste relatório e contas, em mapa autónomo, já mereceu a anuência e concordância do conselho fiscal, pelo que também esperamos mereça a aprovação dos senhores associados.

No ano findo, faleceram 25 dos nossos consócios. Foram admitidos como novos associados também 25, como pediram a sua exo-

neração oito, com respectiva restituição das acções adquiridas, actualmente o número de associados da Caixa Agrícola totaliza 2607, número ligeiramente inferior ao do ano passado, o que certamente se irá agravar em anos futuros, dado que o número de pessoas ligadas directa ou indirectamente à agricultura diminui, e as Caixas Agrícolas estão a perder aceleradamente os poucos benefícios que proporcionavam aos seus associados, o que não incentiva, em nada, o associativismo, embora se apregoe aos quatro ventos que o associativismo é uma das ferramentas fundamentais para superação da crise com que a agricultura se debate há bastantes anos.

Em memória dos 25 associados falecidos durante o ano, os corpos sociais propõem que em sua intenção se faça um minuto de silêncio.

Aos nossos colaboradores mais assíduos e interessados, aqui deixamos uma palavra de solidariedade, sabendo de antemão que conosco podem contar nos bons e nos maus momentos.

Relembremos como habitualmente, que é absolutamente necessário estar muito atento ao mercado em que a competitividade é cada vez mais a palavra de ordem, pelo que os nossos serviços para terem

êxito, relativamente aos demais, terão que ter sempre como objectivo a excelência de atendimento.

Ao conselho fiscal e à mesa da assembleia geral, aqui deixamos registado os nossos agradecimentos pela excelente colaboração sempre prestada.

À Crediagrícola, à Ferecc, aos serviços do Ifadap, Instituto António Sérgio do sector cooperativo e aos cartórios notariais de Bombarral, Cadaval e Óbidos, também uma palavra de apreço pela colaboração prestada.

As conservatórias do registo predial desta região, também o nosso agradecimento, não podendo deixar de assinalar uma especial palavra de reconhecimento à Conservatória do Registo Predial de Bombarral.

À superior consideração e apreciação de VV. Ex.^{as}, submetemos à discussão o relatório de gestão e contas do exercício findo, que obviamente esperamos que mereça também a vossa aprovação.

Bombarral, 22 de Fevereiro de 2006. — A Direcção: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2005			2004 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10+11+130	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 239 256	—	1 239 256	1 163 396
12+13-130	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 128 727	—	1 128 727	852 360
20+21+280+281+2880+2881+2890+2891-29000-29001-29010-29011-2951	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	31 896 000	—	31 896 000	31 419 000
16+22+23+282+283+287+2882+2883+2887+2892+2893+2897-29002-29003-29012-29013-29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	20 164 718	1 347 633	18 817 085	18 009 664
240+241+245+255+2480+250+251+2580+26+2840+2884+2894-290140-2920-2921-2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
2400+2401+2410+2500+2501+2510+2600+2601+2610+2840+2884+2894-290140-29200-29210-2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	—	—	—	—
2402+2411+2412+245+255+2480+2502+2511+2512+2580+2602+2611+2612+2840+2884+2894-290140-29209-29219-2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	—	—	—	—
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
243+244+245+255+2481-24810+2490-2491-253+254+2581-25810+2481-290141-291-2923-2924-2925-2953+5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
400-190	7 — Participações	491 458	25 685	465 793	465 793

(Em euros)

Código das contas		2005			2004 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
401-491	8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	114 775	45 357	69 418	—
42+461+462+463+468+4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	6 666 881	965 984	5 700 897	5 993 679
420+4280+461-4820-48280	(Dos quais: imóveis)	6 058 833	546 851	5 511 982	5 807 188
27003	11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
14+15+19+27-27003-29007-2959-299+402+409-499	13 — Outros activos	1 399 870	1 854	1 398 016	1 477 701
51+55+56 (dev.)+58 (dev.)+59	15 — Contas de regularização	451 709	—	451 709	583 246
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
	<i>Total do activo</i>	<u>63 553 394</u>	<u>2 386 493</u>	<u>61 166 901</u>	<u>59 964 839</u>

PASSIVO

Código das contas		2005	2004
30+31+35	1 — Débitos para com instituições de crédito	91 869	57 151
30020+30120+30220+31020+31220+31320+31920	a) À vista	91 869	57 151
1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso	—	—
32+33+35	2 — Débitos para com clientes	50 738 293	49 723 225
3213+3223	a) Depósitos de poupança	6 287 894	6 335 502
32-3213-3223+33+35	b) Outros débitos	44 450 399	43 387 723
3200+3210+3220+3230	ba) À vista	14 745 364	14 350 277
b)-ba)	bb) A prazo	29 705 035	29 037 446
34	3 — Débitos representados por títulos	—	—
341	a) Obrigações em circulação	—	—
340+342+349	b) Outros	—	—
36+39	4 — Outros passivos	60 956	174 255
52+54+58 (cred.)+58 (cred.)+59	5 — Contas de regularização	182 270	159 812
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	173 002	169 953
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
610+611+613	b) Outras provisões	173 002	169 953
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais	134 675	134 675
60	8 — Passivos subordinados	—	—
62	9 — Capital subscrito	7 548 250	7 539 250
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+635+639	11 — Reservas	2 006 518	1 425 827
633	12 — Reservas de reavaliação	—	—
66	13 — Resultados transitados	—	—
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	231 068	580 691
	<i>Total do passivo</i>	<u>61 166 901</u>	<u>59 964 839</u>

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

DÉBITO

(Em euros)

Código das contas		2005	2004
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	695 813	664 148
71	2 — Comissões	13	34
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	869 614	876 370
73	a) Custos com pessoal	455 681	474 231
Dos quais:			
730+731	(— salários e vencimentos)	364 707	387 017
732+733	(— encargos sociais)	90 974	87 214
Dos quais:			
73290+73291+73292	(— com pensões)	5 430	5 275
74	b) Outros gastos administrativos	413 933	402 139
78	5 — Amortizações do exercício	140 406	135 953
77	6 — Outros custos de exploração	44 114	50 642
790+791+792+793+795+799	7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	459 293	120 135
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	—	—
671	11 — Perdas extraordinárias	—	175
68	13 — Impostos sobre lucros	69 318	175 939
76	14 — Outros impostos	6 616	9 484
69	15 — Lucro do exercício	231 068	580 691
<i>Total</i>		2 516 255	2 613 571

CRÉDITO

Código das contas		2005	2004
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	2 319 974	2 281 437
Dos quais:			
80240+80241+80245+80250+80251+80255+8026	(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
81	2 — Rendimento de títulos	—	—
81–81400–81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	13 668	14 367
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
840+841+842+843+845+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	99 369	109 030
	8 — Resultado da actividade corrente	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários	78 131	54 748
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>		2 516 255	2 613 571

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

(Valores em euros)

1 — Ajustamentos realizados com vista a estabelecer uma correcta comparabilidade com o exercício anterior:

Não foram realizados quaisquer ajustamentos, assim os valores das demonstrações financeiras são comparáveis com os publicados no exercício anterior.

2 — Eventuais situações que, constando de uma rubrica do balanço poderiam ser incluídas noutras rubricas:

Não é aplicável.

3 — Critérios de avaliação e métodos de cálculo utilizados para correcções de valor:

Não é aplicável.

4 — Quaisquer derrogações aos critérios valorimétricos:

Não foram efectuadas quaisquer derrogações aos critérios valorimétricos.

5 — Activos com valor de balanço diferente do valor de mercado:
Não é aplicável.

6 — Participações e partes de capital:

Crediagrícola — Federação Nacional de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, Avenida Almirante Reis, 213, 6.º, Lisboa:

Capital	865 714
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2004	705 502
Nossa participação Crediagrícola	490 560

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:
Não é aplicável.

8 — Créditos sobre empresas participadas:

Não existem quaisquer créditos.

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Não existem quaisquer créditos.

10 — Inventário da carteira de títulos:

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2005:

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de balanço
A) Títulos — negociação:				
Títulos rendimento fixo — emitidos por residentes:				
De dívida pública portuguesa	—	—	—	—
De outros emissores públicos nacionais	—	—	—	—
De outros residentes	—	—	—	—
De rendimento fixo — emitidos por não residentes:				
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	—
De organismos financeiros internacionais	—	—	—	—
De outros não residentes	—	—	—	—
Valores de rendimento variável:				
Emitidos por residentes	—	—	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—
Títulos subordinados	—	—	—	—
Títulos próprios:				
De rendimento fixo	—	—	—	—
De rendimento variável	—	—	—	—
B) Títulos — investimento:				
De rendimento fixo — de emissores públicos:				
De dívida pública portuguesa	—	—	—	—
De outros emissores públicos nacionais	—	—	—	—
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	—
De rendimento fixo — de outros emissores:				
Emitidos por residentes	—	—	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—
Valores de rendimento variável:				
Emitidos por residentes	—	—	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—
Títulos próprios:				
De rendimento fixo	—	—	—	—
De rendimento variável	—	—	—	—

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de balanço
C) Títulos a vencimento:				
De emissores públicos:				
De dívida pública portuguesa	—	—	—	—
De outros emissores públicos nacionais	—	—	—	—
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	—
De outros emissores	—	—	—	—
Emitidos por não residentes:				
Por organismos financeiros internacionais	—	—	—	—
Por outros não residentes	—	—	—	—
D) Imobilizações financeiras:				
Participações:				
Em instituições de crédito no País	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro	—	—	—	—
Em outras empresas no País	196 697	2,49	—	490 560
Em uniões e federações regionais	180	5,00	—	898
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—
Outras imobilizações financeiras	—	—	—	—
<i>Total</i>	196 877			491 458

11 — Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

O movimento verificado nas rubricas de imobilizações, durante o exercício, foi o seguinte:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos — Aqui- sições	Transfe- rências	Amorti- zações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amorti- zações acumuladas						
Imobilizações incorpóreas:								
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	45 357	45 357	—	—	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:								
Imóveis de serviço próprio	5 038 933	470 055	—	71 328	76 795	—	—	4 563 411
Equipamento	522 652	383 645	66 033	—	63 610	—	—	141 430
Outras imobilizações corpóreas	40 321	—	—	—	—	—	—	40 321
Imobilizações em curso:								
Imobilizações incorpóreas	—	—	23 008	46 410	—	—	—	69 418
Outras imobilizações corpóreas	1 245 474	—	—	— 117 738	—	—	172 000	955 736

12 — Activos com carácter subordinado:

Não é aplicável.

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Não é aplicável.

14 — Montante dos créditos em função da sua duração residual nas rubricas 3 e 4 do activo:

Descrição	Valor
-----------	-------

Rubrica 3:

Até três meses	30 226 000
De três meses a um ano	1 670 000
De um ano a cinco anos	—

Descrição	Valor
Rubrica 4:	
De três meses a um ano	959 120
De um ano a cinco anos	9 910 430
Mais de cinco anos	9 295 168

15 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

Não foi efectuada qualquer reavaliação de imobilizado durante o ano de 2005, nem foram feitas amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

6 — Trespases, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento:

Não é aplicável.

17 — Correções de valor excepcionais introduzidas no activo não imobilizado motivadas por medidas de carácter fiscal:

Não existem quaisquer correções.

18 — Duração residual dos débitos das rubricas 2.a) e 2.bb), do passivo:

Descrição	Até três meses	De três meses a um ano
Depósitos de poupança	38 988	6 248 907
Outros depósitos — a prazo	17 483 686	12 221 348

19 — Montante dos elementos que se vençam no ano que se segue à data de encerramento do balanço — sub-rubrica 3.a):

Não é aplicável.

20 — Débitos perante empresas com as quais a instituição tenha uma ligação de participação:

Não é aplicável.

Rubricas	Saldo inicial	Constituição ou reforço	Anulação e reposição	Saldo final
Para crédito vencido	896 501	456 244	5 113	1 347 632
Para imobilizações financeiras	25 665	—	—	25 665
Para riscos gerais de crédito	169 953	3 049	—	173 002
Para riscos bancários gerais	134 675	—	—	134 675
Para outras aplicações	1 854	—	—	1 854

25 — Critério utilizado para distinguir os títulos — negociação dos títulos — investimento e a vencimento, e das imobilizações financeiras:

Critério utilizado de acordo com a nota n.º 10.

26 — Alienações de títulos a vencimento ou transferências para títulos — investimento ou títulos — negociação:

Não é aplicável.

27 — Saldos das seguintes contas:

Proveitos a receber	451 709
Receitas com proveito diferido	7 960
Custos a pagar	74 309

28 — Informações sobre títulos:

Não é aplicável.

29 — Número e valor nominal das acções subscritas durante o exercício:

Descrição	Emissão de títulos de capital	Total
Saldo inicial	—	7 539 250,00
Emissão de títulos de capital	14 000,00	14 000,00
Reembolso	5 000,00	5 000,00
Saldo final		7 548 250,00

O valor nominal dos títulos de capital é de 5 euros.

30 — Existência de partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares:

Não é aplicável.

31 — Outros activos e passivos:

Outros activos (rubrica 13 do activo):

Devedores e outras aplicações	1 399 870
-------------------------------------	-----------

21 — Débitos perante empresas coligadas:

Não é aplicável.

22 — Passivos subordinados:

Não é aplicável.

23 — Compromissos com a prestação de garantias:

Os compromissos assumidos com garantias são, regra geral, garantidos por entrega e contratados a curto prazo, para cobertura de compromissos perante o Estado. Têm associados encargos com uma taxa de juro acordada.

Valor 203 773

24 — Movimento de provisões:

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício de 2005, foi o seguinte:

Outros passivos (rubrica 4 do passivo):

Credores	27 151
Outras exigibilidades	33 805

32 — Fundos administrados em nome próprio mas por conta de outrem:

Não é aplicável.

33 — Operações a prazo ainda não vencidas à data do balanço, incluindo contratos de futuros e opções:

Não é aplicável.

34 — Número médio anual de trabalhadores:

Adjunto de direcção	1
Assistente de direcção	1
Subgerente	1
Chefe do sector de informática	1
Caixas	5
Empregados de carteira	5
Empregadas de limpeza	(a) 6
Técnicos assessores	(a) 4

(a) Em regime de tempo parcial.

35 — Remuneração dos órgãos de direcção e de fiscalização:

Valor	24 716
-------------	--------

36 — Prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros:

Não é aplicável.

37 — Montante global dos elementos do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira:

Não é aplicável.

38 — Elementos da demonstração de resultados e do balanço ventilados por linhas de negócio e por mercados geográficos:

Os custos e os proveitos da Caixa Agrícola tiveram origem em operações realizadas em território nacional.

39 — Outros custos e proveitos de exploração, perdas e ganhos extraordinários:

A) Custos:

6 — Outros custos de exploração:

Quotizações e donativos	7 841
Outros	36 273

B) Proveitos:

7 — Outros proveitos de exploração:

Rendimentos diversos	1 382
Reembolsos despesas	2 531
Outros	95 456

9 — Ganhos extraordinários 78 131

40 — Encargos imputados e pagos relativos a passivos subordinados:

Não é aplicável.

41 — Diferenças entre cargas fiscais imputadas e já pagas ou a pagar:

Não se verificaram diferenças.

42 — A proporção em que o imposto sobre lucros incide sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários:

O imposto sobre os lucros incide sobre os resultados correntes em 74% e sobre os resultados extraordinários em 26%.

43 — Inclusão da instituição em contas consolidadas:

Não é aplicável.

44 — Empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia:

Não é aplicável.

45 — Operações de locação financeira:

Não é aplicável.

46 — Compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros, em contas internas e de regularização:

Não é aplicável.

47 — Transacções com empresas do Grupo:

Não é aplicável.

48 — Informações sobre operações de titularização:

Não é aplicável.

49 — Informações sobre a cobertura de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência:

As responsabilidades com pensões de sobrevivência e reforma são cobertas, uma parte pela segurança social e a restante parte por uma apólice de seguro a cargo de uma companhia de seguros nacional.

50 — Participações financeiras:

Participações	Valor de aquisição	Provisões	Valor líquido
Em outras empresas do País (Crediagrícola, FCRL)	490 560	25 665	464 895
Em Uniãos Federações Regionais (Ferecc, FCRL)	898	—	898
	491 458	25 665	465 793

A análise das participações financeiras tem sido efectuada de acordo com o disposto no aviso n.º 4/2002.

51 — Outras informações relevantes para apreciação das demonstrações financeiras:

Significativamente não há informações de outra natureza, que possam influenciar a correcta apreciação da situação financeira desta Caixa Agrícola.

Bombarral, 31 de Dezembro de 2005. — A Direcção: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Responsável pela Informação Contabilística, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral, C. R. L., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 61 166 901 euros e um resultado líquido de 231 068 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança acei-

tável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral, C. R. L., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2006. — Jesus & Associado, Auditores — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *Joaquim Oliveira de Jesus*, revisor oficial de contas.

Parecer do conselho fiscal

O presidente do conselho fiscal salientou que esta reunião era fundamentalmente destinada à apreciação do exercício findo, do relatório de gestão, balanço e contas, demonstração dos resultados do exer-

cício, e demais documentos necessários ao fecho das contas conforme o artigo 31.º dos nossos estatutos.

Os documentos foram devidamente analisados, concluindo-se da sua boa execução técnica, não merecendo quaisquer reparos.

O conselho fiscal constatou que as contas foram devidamente certificadas sem ênfases, nem reservas, certificação emitida pela nossa auditoria externa e firmada pela sociedade de revisores oficiais de contas, Jesus & Associado, Auditores — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada pelo revisor oficial de contas, Dr. Joaquim Oliveira de Jesus.

Concluída que foi a análise à documentação presente e satisfeitas as precisões pedidas à direcção, considerou-se o conselho fiscal perfeitamente informado.

E, ainda, com base na certificação legal das contas, já mencionada, o conselho fiscal é de opinião que o relatório de gestão e contas merecem a sua aprovação e emite a seguinte opinião:

Parecer:

1 — Que sejam aprovados o relatório de gestão e contas apresentados pela direcção;

2 — Que também seja aprovada a proposta da aplicação de resultados do exercício, proposta pela direcção;

3 — Que seja aprovado um voto de apreço à direcção pela sua sã e criteriosa gestão;

4 — Que finalmente seja aprovado um voto de louvor aos colaboradores, que directamente trabalharam com a direcção.

Bombarral, 14 de Março de 2006. — O Conselho Fiscal: (Assinaturas ilegíveis.) 3000209259

SQUARE ASSET MANAGEMENT — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Nos termos da lei e dos estatutos, vimos submeter a VV. Ex.ªs, o nosso relatório do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

1 — Estrutura accionista e órgãos sociais

Em Fevereiro de 2001 ocorreu a alienação da totalidade do capital social da sociedade que, a partir desta data, passou a ter a seguinte composição accionista:

Accionistas	Número de acções	Porcentagem
Mário Jorge Patrício Tomé	71 250	95,0000
Lúis Maria Martins Gomes Salinas Monteiro	3 747	4,9960
António Frutuoso de Melo	1	0,0013
António Gaio	1	0,0013
Guilherme Frutuoso de Melo	1	0,0013
<i>Total</i>	<i>75 000</i>	<i>100,0000</i>
Valor nominal das acções (euros)	5	—
Capital subscrito (euros)	375 000	—

Em 21 de Maio de 2001 realizou-se uma assembleia geral que nomeou os novos órgãos sociais desta sociedade, tendo o fiscal único sido empossado em assembleia geral de 30 de Novembro de 2001.

Todos os órgãos sociais foram reconduzidos, para um novo mandato, em assembleia geral de Março de 2002.

Na sequência da autorização do Banco de Portugal, a sociedade alterou, durante o exercício de 2005, a sua denominação social para Square Asset Management — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

Em Novembro de 2005 e por renúncia ao cargo do administrador, Dr. Luís Maria Martins Gomes Salinas Monteiro, foi o mesmo substituído por cooptação pela arquitecta Luísa Augusta Moura Bordado.

2 — Enquadramento do mercado imobiliário em 2005

O mercado imobiliário acompanhou de uma forma geral a situação económica do País. Salvo situações pontuais, a maioria das decisões

tanto de particulares como de empresas foram sendo adiadas, aguardando por uma eventual retoma económica.

Mercado de escritórios — o mercado de escritórios caracterizou-se pela continuação do excesso de oferta face à procura por um lado, bem como um abrandamento dessa mesma procura, por outro. As transacções mais significativas, caracterizaram-se pela transferência de empresas para instalações melhores a um preço mais reduzido, ou para instalações de menor dimensão devido a processos de reestruturação, contenção de custos, ou *down-sizing*.

Daqui resulta o aumento de áreas devolutas, principalmente em edifícios já utilizados. Este facto, associado à conjuntura atrás descrita, parece indicar que os preços das rendas ainda não atingiram o seu ponto mínimo.

Mercado de comércio — dada a continuação da estagnação do comércio tradicional devido à indefinição relativa à lei do arrendamento, este sector manteve algum dinamismo em parte devido à abertura de novos centros comerciais regionais e sub-regionais em cidades secundárias, mas principalmente devido à quantidade de projectos em novos formatos comerciais, nomeadamente *retail-parks*.

O aparecimento de novas marcas internacionais bem como a continuação da expansão de algumas outras marcas já existentes, fazem deste sector um dos poucos que apresenta algum dinamismo.

Mercado industrial logístico — este mercado manteve uma sustentabilidade bastante consistente. Devido por um lado a novas centralidades derivadas dos novos eixos viários, e por outro à decisão cada vez mais frequente de entrega da gestão dos seus *stocks* a empresas especializadas em regime de *outsourcing*, assiste-se a uma manutenção regular da procura por novos espaços logísticos, modernos e com localizações que permitam ter ganhos de eficiência na sua gestão.

Por sua vez alguns dos espaços que ficam devolutos tendem a ser transformados em espaços comerciais ou de habitação.

3 — Enquadramento do mercado de fundos de investimento imobiliário

O valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário atingiu os 8,16 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 representando um crescimento de 16% quando comparado com 31 de Dezembro de 2004 (7,05 mil milhões de euros)

Este crescimento foi mais acentuado nos Fundos Imobiliários Fechados do que nos Abertos.

4 — Actividade desenvolvida

Durante o exercício de 2005, e na sequência do pedido de constituição de dois fundos de investimento imobiliário, um aberto e um fechado, junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 17 de Novembro de 2004, iniciou-se a gestão efectiva destes dois fundos. Apresentamos seguidamente um resumo da actividade e *performance* relativa a cada Fundo.

4.1 — Caracterização do Fundo CA Património Crescente

O Fundo CA Património Crescente foi autorizado pelo conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 6 de Junho de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 15 de Julho passado.

Tendo como depositário e comercializador a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e actuando como agentes comercializadores toda a rede bancária do Crédito Agrícola, o Fundo CA Património Crescente é gerido pela Square Asset Management — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

Como objectivo principal o Fundo visa captar as pequenas e médias poupanças que, não tendo volume para o investimento directo no mercado imobiliário, pretendam um investimento com a solidez e valorização estável do imobiliário associada à possibilidade de rápida liquidez que o resgate das unidades de participação no Fundo possibilitam.

Apesar de ter iniciado a sua actividade em 15 de Julho de 2005 o Fundo CA Património Crescente concluiu o seu primeiro exercício de actividade com cerca de 32 milhões de euros sob gestão correspondentes a 3 168 995 unidades de participação (3 170 397 unidades subscritas e 1402 unidades resgatadas).

De salientar que a 31 de Dezembro de 2005 o Fundo tinha já 346 participantes que subscreveram o Fundo em 61 balcões da rede do Crédito Agrícola correspondentes a 25 Caixas, para além da Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo.